



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1009086-36.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Engefort Sistema Avançado de Segurança Ltda**  
 Requerido: **Athenas Paulista Rmc Transportes Coletivos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ENGEFORT SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Athenas Paulista Rmc Transportes Coletivos Ltda, também qualificado, alegando tenha a requerida contratado serviço de vigilância e não pagou os valores devidos nos meses de maio/2014 a outubro/2016 de modo que pede a condenação da requerida ao pagamento do valor de R\$ 30.014,41, acrescido de juros e correção monetária.

A requerida, devidamente citada, deixou de apresentar resposta.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, sendo que a revelia faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme art. 344, do CPC.

Os documentos encartados às fls. 05/19 provam não tenha a requerida honrado com o pagamento, sendo de rigor a procedência da ação, cumprindo à ré pagar o valor devido pelo inadimplemento, que soma R\$ 30.014,41, acrescido de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento.

A ré sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Athenas Paulista Rmc Transportes Coletivos Ltda a pagar a(o) autor(a) ENGEFORT SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA LTDA a importância de R\$ 30.014,41 (*trinta mil e catorze reais e quarenta e um centavos*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 11 de dezembro de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**  
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**